

Governador do Fed em Nova York assume coordenação do Plano Brady

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Desde o encontro entre credores, agências financeiras internacionais e negociadores mexicanos em Madri, na semana passada, o Plano Brady incluiu um novo componente em sua estratégia. Passou a ser coordenado nos bastidores pelo governador do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) em Nova York, E. Gerald Corrigan.

A necessidade de coordenação vinha sendo percebida há algum tempo, mas tanto o Banco Mundial (BIRD) quanto o FMI recusaram o papel, assim como o Departamento do Tesouro. A função acabou recaindo sob Corrigan, que foi assessor do presidente anterior do Fed Paul A. Volcker.

Corrigan começou procurando juntar os números. Sabe-se que o Banco Mundial vai colocar US\$ 1,7 bilhão à disposição do mexi-

co para operações de redução do principal e do serviço da dívida, exatamente o mesmo valor que o FMI. O Japão e os outros países doadores, assim como alguns recursos próprios mexicanos, devem permitir que esse país some entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões para renegociar sua dívida de US\$ 100 bilhões, quase toda com os bancos comerciais.

Em Madri, os representantes dos banqueiros tentaram obter garantia do BIRD para dinheiro novo ao México. O presidente do BIRD, Barber Conable, recusou. Mas ele colocou na mesa o valor total dos recursos que o banco destinara a programas de redução da dívida pelo Plano Brady: US\$ 40 bilhões, mais que os US\$ 20 bilhões a US\$ 25 bilhões inicialmente estimados pelo Departamento do Tesouro.

Mais que isso, o BIRD esclareceu também que o México é hoje o único país

apto a conseguir os tetos de recursos do banco para essas operações. Serão um quarto de seus empréstimos de ajuste em três anos (US\$ 750 milhões), e 15% (US\$ 950 milhões) de todos os empréstimos previstos aos mexicanos nos próximos três anos (US\$ 6,3 bilhões). Todos os demais países receberão menos que isso.

PRESSÕES

O BIRD não pode elevar muito mais a concessão ao México, e provavelmente a nenhum outro país, devido a suas contra pressões internas. Não são apenas alguns países europeus (Inglaterra, e também Holanda, Suíça, Alemanha, Itália) que se opõem a uma grande expansão do papel das agências financeiras internacionais no Plano Brady.

Uma parcela importante dos países do Terceiro Mundo representados nas duas instituições também é contra. Esses países, liderados pela Arábia Saudita e pela Malásia, com a Índia no pano de fundo, não estão incluídos no Plano Brady (dirigido aos quinze países do Plano Brady e quatro outros, como Honduras, Costa Rica e Jamaica) por não estarem altamente endividados.

Posto que os recursos à disposição das agências financeiras internacionais aparentemente não serão ampliados, isso significa que quanto maior for o volume de recursos para os países do Plano Brady, menor será a disponibilidade de empréstimos para ou-

tros países do Terceiro Mundo. O interesse dos pobres é diferente aí.

PROPOSTAS

Barber Conable voltou de Madri esperando um acordo entre o México e os bancos comerciais em breve. Os bancos começaram oferecendo aos mexicanos uma redução de 15% no valor nominal dos títulos antigos de dívida, enquanto o país pedia uma redução de 50%. Os bancos avançaram para uma redução de 22%, que no entanto significaria uma redução real inferior a 20%, porque a taxa de juros subiria.

Há uma diferença de mais de 30% entre o México e os credores, agora que sua renegociação volta a arrastar-se em Nova York. Sabe-se que os bancos pretendem esperar até que os países credores façam algumas reformas fiscais e contábeis que facilitem o descarte de parte da dívida do Terceiro Mundo.

O Ministério das Finanças do Japão estaria encarregado de dar o passo inicial, aproximando as regras fiscais do país das regras dos EUA. Atualmente os bancos japoneses podem fazer reservas contra perdas em empréstimos ao Terceiro Mundo de 15%, embora apenas 1% seja dedutível de taxas. Os japoneses elevariam esse teto para 25%, aliviando um pouco a pressão sobre seus banqueiros, que concentram 15% dos empréstimos soberanos ao México, por meio apenas dos bancos norte-americanos, que concentram 20%.